

**"TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
BARUERI E A CEPAC - ASSOCIAÇÃO PARA  
PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES"**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARUERI, com sede na Rua Professor João da Matta e Luz, nº 84, Centro, Barueri, São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 46.523.015/0001-35, neste ato representada por seu Prefeito, GILBERTO MACEDO GIL ARANTES, com fundamento nas Leis Municipais nºs. 1.105, de 10 de maio de 1999, nº 1.434, de 12 de maio de 2004 e devidamente autorizado pela Lei nº , de de de 2014, assessorado pelo Secretário dos Negócios Jurídicos JOSÉ BENEDITO PEREIRA FERNANDES e pela Secretaria de Promoção Social AUTA VERIDIANA DE OLIVEIRA DUTRA, doravante denominada PREFEITURA, e de outro lado, a CEPAC - ASSOCIAÇÃO PARA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, representada estatutariamente por FABIANO AMARANTE MENDES, titular da Cédula de Identidade RG. nº 3.163.818-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 003.136.538-87, a seguir designada simplesmente ENTIDADE, resolvem CELEBRAR, como celebrado tem, o presente convênio, mediante as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**1- DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiros, por meio de AUXÍLIO, para a entidade CEPAC - ASSOCIAÇÃO PARA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, destinados à execução do *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Semeando o Futuro*, incluído no Programa de Proteção Social Básica, o qual será executados diretamente pela conveniada, consoante o Plano de Trabalho, parte integrante deste ajuste, independente de transcrição, constituindo seu Anexo I, devidamente aprovado pela Secretaria de Promoção Social e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barueri -CMDCA.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**2- DAS OBRIGAÇÕES**

2.1. Para o fiel cumprimento do objeto pactuado na Cláusula Primeira, os partícipes obrigam-se a:

Prefeitura de  
**Barueri**

**I – O MUNICÍPIO:**

- a) transferir à ENTIDADE os recursos financeiros municipais, provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, consignados no presente convênio, mediante repasses mensais, conforme o previsto no Plano de Trabalho e consoante o disposto na Cláusula Terceira e seus respectivos parágrafos;*
- b) assessorar, orientar, fiscalizar e participar da implantação e do desenvolvimento do Plano de Trabalho, inclusive indicando parâmetros e requisitos mínimos para as atividades desenvolvidas, elaboradas em parceria com a ENTIDADE;*
- c) receber e examinar, aprovando se for o caso, as prestações de contas mensal e final deste convênio;*
- d) proceder, periódica e obrigatoriamente, 30 (trinta) dias antes do final do presente convênio, à avaliação das atividades técnicas e financeiras destinadas à concretização do Plano de Trabalho, propondo a qualquer tempo as reformulações que entender cabíveis, bem como a sua prorrogação;*
- e) desenvolver, diretamente ou em parceria, atividades voltadas à formação permanente dos profissionais que atuam junto à população;*
- f) elaborar estudos sistemáticos em parceria com a ENTIDADE, sobre os custos do objeto ora conveniado, que servirão como parâmetro para alterações dos valores do presente convênio.*

**II – A ENTIDADE:**

- a) executar as ações previstas no Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Promoção Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barueri - CMDCA, de acordo com o pactuado no presente ajuste;*
- b) assegurar ao MUNICÍPIO, através da Secretaria de Promoção Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barueri – CMDCA, as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio, adequando-se aos parâmetros e requisitos mínimos exigidos para as atividades desenvolvidas;*
- c) aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, na execução do objeto do presente ajuste, conforme especificado no Plano de Trabalho;*

*d) viabilizar o acesso da população usuária aos serviços oferecidos e ao conteúdo da proposta de trabalho, garantindo qualidade a quem dele se beneficiar;*

*e) manter quadro de pessoal compatível com as especificações descritas no Plano de Trabalho, de forma a dar plenas condições de realização do objeto conveniado;*

*f) recolher ao erário municipal o eventual saldo dos recursos financeiros repassados e não aplicados, dentro do período aprazado, inclusive proveniente das aplicações financeiras realizadas, salvo se expressamente autorizada pela Prefeitura a dilação de prazo para utilização do recurso, sob pena de, perpetrada qualquer irregularidade na prestação de contas, tal como estabelecido na Cláusula Quarta, ter suspensa a sua inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barueri - CMDCA, com o consequente impedimento de receber quaisquer outros recursos municipais;*

*g) manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como ficha individual de matrícula, livro de presença com relação nominal dos beneficiários das ações conveniadas e livro de registro de demanda por vaga na unidade, no qual se registrará o nome e o número do documento de identidade e/ou certidão de nascimento do pretendente, bem como os originais das receitas e das despesas vinculadas ao repasse que, após contabilizadas, deverão ficar arquivadas na entidade, à disposição dos órgãos fiscalizadores, sujeitas a exame sem prévio aviso;*

*h) garantir a afixação de placas indicativas da participação do Governo Municipal, por meio da Secretaria de Promoção Social, fornecidas pela Convenente, em lugares visíveis nos locais da execução do projeto financiado;*

*i) informar sobre qualquer alteração no quadro de recursos humanos disponibilizados para a execução do objeto conveniado, bem como qualquer outra de cunho estatutário, que implique, ainda que indiretamente, alteração na execução do objeto conveniado;*

*j) apresentar prestação de contas ao MUNICÍPIO, na forma explicitada na Cláusula Quarta do presente convênio;*

*k) solicitar autorização ao MUNICÍPIO e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barueri - CMDCA para alteração do Plano de Trabalho, se necessário, justificando-a;*

*l) adotar medidas saneadoras, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, em face às irregularidades ocorrentes na execução do Plano de Trabalho e na Prestação de Contas.*

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### **3 - DO VALOR DOS RECURSOS E SUA LIBERAÇÃO**

**3.1.** *O valor total dos recursos financeiros a serem transferidos para a ENTIDADE é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Semeando o Futuro, incluído no Programa de Proteção Social Básica, no exercício de 2014.*

**3.2.** A parcela inicial será repassada em até 10 (dez) dias, contados da data de início do prazo de vigência do presente convênio. A liberação do repasse mensal será realizada todo 5º (quinto) dia útil do mês de atendimento, desde que aprovada pela Secretaria de Promoção Social a comprovação mensal de despesa tratada na Cláusula Quarta, bem como constatada a regularidade das ações desenvolvidas por meio dos relatórios de monitoramento, e mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e da Certidão de Regularidade do FGTS.

**3.3.** A liberação da 2ª parcela fica condicionada a entrega da prestação de contas anual do exercício anterior, até o dia 31 de janeiro de 2014.

**3.4.** A ENTIDADE que não apresentar a comprovação mensal de despesa no prazo estipulado na Cláusula Quarta deste Instrumento, terá suspensa a liberação do valor referente ao mês de atendimento em curso, até que comprove a despesa, com a consequente aprovação do Órgão Gestor.

**3.5.** Os recursos transferidos à ENTIDADE serão obrigatoriamente depositados em Instituições Bancárias Oficiais, devendo ser aplicados única e exclusivamente na execução do objeto pactuado.

**3.6.** A ENTIDADE deverá, no período correspondente ao intervalo entre a liberação das parcelas e sua efetiva utilização, aplicar os recursos em caderneta de poupança de Instituições Bancárias Oficiais, se a previsão de uso for igual ou superior ao mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização verificar-se em prazos menores que um mês.

**3.7.** A ENTIDADE computará, obrigatoriamente, as receitas financeiras auferidas a crédito do convênio, aplicando-se, exclusivamente, para concepção de seu objeto, sob pena de vir a ser compelida a repor ou a restituir este numerário equivalente aos rendimentos do mercado financeiro no período, devidamente atualizado até a data do efetivo depósito.

**3.8.** O descumprimento, pela ENTIDADE, de qualquer obrigação pactuada neste convênio, bem como a comprovação de que a mesma não se encontra em pleno e regular funcionamento, constatado pelo MUNICÍPIO, por intermédio da Secretaria de Promoção Social e/ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ensejará a suspensão de novas liberações de recursos, se no prazo de 30 (trinta) dias não forem adotadas medidas saneadoras.

**3.9.** O não saneamento das irregularidades de que trata o subitem 3.7, bem como a prática atentatória aos princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência, implicarão a rescisão do convênio.

#### **CLÁUSULA QUARTA** **4 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**4.1. A prestação de contas dos recursos consignados neste convênio será realizada por meio de Comprovação Mensal de despesa e da Prestação de Contas Final, na seguinte conformidade:**

**I - A Comprovação Mensal da despesa deverá ser apresentada ao MUNICÍPIO, através da Secretaria de Promoção Social, **mensalmente e impreterivelmente, no 1º (primeiro) dia** do mês subsequente ao recebimento, composta dos seguintes documentos:**

- a) relação das despesas realizadas no mês de recebimento, por categoria de despesa, em ordem cronológica, contendo a assinatura do representante legal da ENTIDADE;**
- b) originais das despesas realizadas, com indicação, no corpo dos respectivos, do tipo de repasse obtido e o órgão repassador a que se refere, bem como cópias autenticadas dos mesmos;**
- c) Relação Nominal dos atendidos contendo filiação, endereço e seus respectivos números de identidade e/ou número de certidão de nascimento;**
- d) Relatório Circunstaciado das atividades desenvolvidas no período, que qualifique e quantifique as ações desenvolvidas, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano de Trabalho, devidamente assinado pelo técnico responsável pelo projeto e pelo representante legal da entidade;**
- e) Certidão Negativa de Débito relativo às Contribuições Previdenciárias e Certidão de Regularidade do FGTS.**

**II - A Prestação de Contas Final deverá ser apresentada ao MUNICÍPIO, através da Secretaria de Promoção Social, até 30 (trinta) dias após o término da vigência do presente convênio, composta dos seguintes documentos:**

- a) Demonstrativo integral das receitas e das despesas, computadas por fonte de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas ao objeto do ato concessório, conforme Anexo 06, das Instruções nº 02/2008, do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;**
- b) Relatório sobre as atividades desenvolvidas, identificando as custeadas com recursos próprios e as com recursos do repasse;**
- c) Relação dos documentos das despesas pagas, computadas na Prestação de Contas, conforme Anexo 07, das Instruções nº 02/2008, do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;**
- d) Cópias dos extratos mensais da conta bancária referente aos depósitos dos recursos pertinentes ao convênio;**
- e) Cópia dos extratos da conta bancária referente à aplicação dos recursos provisionados e de seus rendimentos, quando tal circunstância tiver ocorrido, com a devida justificativa e comprovação da correta aplicação;**



*f) Manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo MUNICÍPIO;*

*g) Certificado de inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barueri - CMDCA;*

*h) Cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros, com indicação dos valores repassados pelo MUNICÍPIO, e a respectiva conciliação bancária referente ao exercício em que o numerário foi recebido;*

*i) Comprovação da efetiva contrapartida na execução do objeto conveniado;*

*j) Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, comprovando habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis;*

*k) Comprovante da devolução dos recursos não aplicados.*

## **CLÁUSULA QUINTA**

### **5 - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

**5.1. O controle e a fiscalização do presente ajuste incumbrá, pelo MUNICÍPIO, à Secretaria de Promoção Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barueri - CMDCA, respondendo pela ENTIDADE o representante estatutariamente indicado.**

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **6- DA VIGÊNCIA**

**6.1. O presente convênio vigorará de \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) de \_\_\_\_\_ de 2014 a 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado anualmente, respeitado o período máximo de 60 (sessenta) meses, bem como a legislação vigente, mediante a lavratura de termos de aditamentos, precedidos de autorização do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Titular da Secretaria de Promoção Social, Órgão Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável por sua execução.**

## **CLÁUSULA SÉTIMA**

### **7 - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

**7.1. O presente convênio poderá, a qualquer tempo, ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias, e será rescindido por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne jurídica, material ou formalmente inexecuível.**

**7.2.** Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, cada participante responderá pelas obrigações assumidas até a data do rompimento ou extinção do acordo.

**7.3.** Quando da denúncia, rescisão ou conclusão do convênio, os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos pela ENTIDADE ao MUNICÍPIO.

**7.4.** Ocorrendo a rescisão por comprovação de indevida aplicação do recurso, este deverá ser integralmente devolvido ao MUNICÍPIO.

**7.5.** Em todos os casos mencionados nos subitens anteriores, os valores serão atualizados a partir da data do repasse dos recursos, por meio da aplicação dos índices da remuneração da caderneta de poupança, ou outro que, eventualmente, venha a ser instituído pela autoridade competente, até a data de sua restituição.

**7.6.** Quando da denúncia, extinção ou rescisão do convênio, caberá à ENTIDADE apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

**7.7.** A devolução tratada nos subitens anteriores deverá ser feita ao MUNICÍPIO por meio de recolhimento dos valores à conta bancária indicada por esta, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, a ser providenciada pela autoridade competente do MUNICÍPIO, nos termos do que dispõe o artigo 116, parágrafo sexto, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993.

## **CLÁUSULA OITAVA**

### **8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1.** A PREFEITURA compromete-se, conjuntamente com a ENTIDADE, a ampliar os interesses e objetivos deste convênio, buscando novas formas de cooperação e captação de recursos com a iniciativa privada, organizações não governamentais e outros órgãos públicos, que tenham como escopo os princípios deste instrumento.

**8.2.** É obrigatório, para a celebração do presente ajuste, que a ENTIDADE beneficiária encontre-se devidamente registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barueri - CMDCA e em regular e efetivo funcionamento, comprovado pela Secretaria de Promoção Social, devendo apresentar, no ato da celebração do ajuste, a Certidão de Regularidade junto a Secretaria da Receita Federal, a Certidão de Inscrição na Prefeitura, a Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias, a Certidão de Regularidade do FGTS, o Comprovante de Abertura de Conta Bancária específica para fins do convênio, bem como atendimento das exigências que, a respeito, disponha o Órgão Gestor.

**8.3.** A ENTIDADE responderá isoladamente por quaisquer reclamações trabalhistas ou ações indenizatórias decorrentes da atividade de pessoal contratado para a execução do objeto deste convênio, não respondendo o MUNICÍPIO, nem mesmo solidária e/ou subsidiariamente, pelas responsabilidades assumidas pela ENTIDADE.



## CLÁUSULA NONA

### 9 - DO FORO

**9.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Barueri para dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes da execução, conflito ou interpretação deste instrumento.

**9.2.** E, por estarem de acordo com as cláusulas acima, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais efeitos.

Barueri, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**GILBERTO MACEDO GIL ARANTES**  
*Prefeito Municipal*

**AUTA VERIDIANA DE OLIVEIRA DUTRA**  
*Secretária de Promoção Social*

**JOSÉ BENEDITO PEREIRA FERNANDES**  
*Secretário dos Negócios Jurídicos*

**DENILSON RESENDE CAMPOS**  
*Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente*

**FABIANO AMARANTE MENDES**  
*Representante Legal da Entidade*

*Testemunhas:*

- 1.
- 2.